

# *Dossiê*

**Economia Política da Comunicação e da Cultura:  
aportes para a formação de um campo disciplinar**

**Economía Política de la Comunicación y la Cultura:  
contribuciones para la formación del campo disciplinar**

**Political Economy of Communication and Culture : contributions to the  
formation of a disciplinary field**

**Ruy Sardinha Lopes<sup>1</sup>**

**Palavras chave:**

Economia Política

Campo disciplinar

Aportes teóricos

**Resumo:**

O presente artigo pretende interrogar-se sobre a conformação da Economia Política da Comunicação como um “campo disciplinar” a partir da circunscrição de alguselementos definidores, a saber: a delimitação do campo e seus objetos de estudo, sua singularidade e seus aportes teóricos.

**Resumen:**

El presente artículo tiene la intención de indagar acerca de la conformación de la Economía Política de la Comunicación y la Cultura como “campo disciplinar” desde algunos elementos definidores: la delimitación del campo y sus objetos de estudio, sus singularidades y sus aportes teóricos.

**Palabras clave:**

Economía Política

Campo disciplinar

Aportes teóricos

**Keywords:**

Political Economy

Disciplinary field

Theoretical supports

**Abstract:**

This article he has the claim to wonder about the constitution of the Political of Communication and Culture as “disciplinary field” from the circumscription of some element: the topic limitation of disciplinary field and their subject-matter, their singularities and their theoretical supports.

### **Economia Política da Comunicação e da Cultura: aportes para a formação de um campo disciplinar**

Temos observado, atualmente, um esforço em se pensar as ciências da comunicação e suas áreas constituintes como um campo científico ou disciplinar. Em “apuros” ou “aberto”, só para nos referirmos a dois importantes teóricos que recentemente se dedicaram ao tema<sup>11</sup>, o conceito parece perfeitamente adequado a uma ciência que, devido sua jovialidade, ainda não possui paradigmas fortemente canonizados e se torna, dessa forma, propícia aos embates epistemológicos e às disputas entre os indivíduos e grupos a ela pertencentes.

Tal conceito - de campo- central na obra de Pierre Bourdieu liga-se ao que o mesmo denomina de *conhecimento praxiológico*, isto é, à tentativa de superação do embate objetivismo/subjetivismo a partir da articulação dialética entre ator e estrutura sociais. Ou seja, partindo da ideia de que as relações de interação entre os agentes se dão num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas e desigualmente distribuídas (o que implica relações de poder), as práticas sociais são pensadas na relação dialética entre a interiorização, pelos atores, das normas, valores sociais e sistemas de classificação (*habitus*) e a singularidade de suas ações que poderia, em última instância, levar a uma nova *partilha do sensível* (Rancière).

Ainda que, como ressalta Renato Ortiz (1983), a construção bourdieana se detenha muito mais sobre os processos de reprodução do que sobre os mecanismos de transformação inerentes a um determinado campo, seu esforço de pen-

sar as ciências como um *campo social*, ainda que “relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve” (BOURDIEU, 2004, p. 21), permite pensá-las como um campo de forças e um campo de lutas por posições hegemônicas. Definido como um espaço estruturado onde agentes dominantes e dominados lutam por determinado *quantum* de posicionamento social (*capital social*), não só não existe campo científico desinteressado, e o alerta é de Bourdieu, quanto “os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos”.

Para que possamos, pois, falar em *campo* das comunicações é preciso que o mesmo se constitua como “espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (*idem*, p. 20) - e cabe o alerta para o fato de nas ciências mais jovens essa autonomia ainda estar se consolidando – mas também que o vejamos como espaço de manifestação de relações de poder, onde seus pesquisadores, instituições e subcampos disciplinares como a Economia Política da Comunicação (EPC), se constituem como linhas de força em disputa (epistemológica e política) por posições centrais e hegemônicas. Assim, se caberia aos agentes em posição favorecida no campo comunicacional lutar pela conservação da estrutura e de sua posição, a renovação do campo – tido como “em apuros” (SODRÉ, 2012) ainda que provenha necessariamente de seu interior, só poderá vir de agentes diversamente posicionados.

Até que ponto as áreas periféricas como a EPC ou as epistemologias do sul podem contribuir para uma renovação ou para uma visada mais crítica do campo e virem a constituir uma nova centralidade é uma questão que o tempo responderá e que não temos, no espaço desse artigo, condições de

perscrutar<sup>III</sup>. Nosso objetivo aqui será verificar, ainda que de maneira preliminar, a existência de elementos mínimos que nos permitam falar apropriadamente na Economia Política da Comunicação como um (sub)campo disciplinar. Seguindo as indicações de Bourdieu (1983, 2004, 2004a) e José D'Assunção Barros (2011)<sup>IV</sup> nos deteremos, de maneira preliminar e, portanto, incompleta, em três categorias que permitam delimitar a EPC como um campo disciplinar, ainda que em formação: 1) a delimitação do campo e seus objetos de estudo, 2) as propriedades específicas ou sua singularidade e 3) os aportes teóricos e metodológicos.

### 1) Delimitação do campo e objetos de estudo.

Pierre Bourdieu (1983, p. 127) assinala que um dos elementos fundamentais na constituição de um campo científico é a capacidade de seus agentes delimitarem um campo de problemas, métodos e teorias que lhes são inerentes. Já José Barros (2011, p.254) pontua que a delimitação de um campo de interesse inclui desde um interesse mais amplo capaz de definir o campo como um todo, até um conjunto mais privilegiado de objetos de estudos e de temáticas a serem percorridas pelos seus praticantes.

Assim, se sempre coube à Economia Política a busca pelo entendimento dos mecanismos de mudança social e das transformações históricas, não prescindindo, para tanto, do exame atento do todo e da práxis sociais, coube à EPC, pelo menos à sua corrente crítica<sup>V</sup>, deslindar às funções macro e microeconômicas que a cultura e a comunicação passam a assumir no processo de acumulação capitalista em seus estágios monopolista e recente bem como o es-

tudo das relações de poder daí decorrentes e, dessa maneira, informar uma práxis social emancipatória.

Como afirmado na **Carta de Buenos Aires**<sup>VI</sup>, ao se contrapor ao pensamento único, então hegemônico no continente americano, a ação de intelectuais engajados latino-americanos:

ha creado un marco teórico propio, interdisciplinar y pertinente para la comprensión de la realidad actual, proporcionando un importante instrumental de análisis para fundamentar la acción de los actores sociales no hegemónicos en el campo de la comunicación (ULEPICC,2001).

Segundo Herscovici, Bolaño e Mastriani (1999, p.10)

El rol de los medios en el proceso de acumulación del capital – el problema de las clases sociales, los medios y la legitimación de la estratificación social; la relación entre producción material y producción intelectual – constituye la base analítica de la economía política de la comunicación.

É certo que as definições de um “campo de interesse” ou dos “objetos de estudo” de uma disciplina estão sempre sujeitas a mudanças com o decorrer do tempo. Somente a título de exemplo, Mattelart (1999) ressalta que o interesse inicial sobre o desequilíbrio dos fluxos de informações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos da década de 1960 foi substituído, a partir de 1975, pela reflexão sobre as indústrias culturais e sobre os estrangulamentos encontrados pelo capital ao se reproduzir a partir da arte e da cultura. Mais recentemente, superada a fase de afirmação do Estado-Nação, incorporam a ideia de sistema-mundo capitalista, revisando as análises das

indústrias culturais e da divisão internacional do trabalho.

Já Vincent Mosco (1996), que apontou as diferenças regionais entre as várias escolas – americana, europeia e terceiro-mundista - vê a EPC como um grande conjunto de acadêmicos com diversificados interesses temáticos: o papel do estado e os modelos públicos e privados na construção dos sistemas de informação, radiodifusão, telecomunicações e, mais recentemente, da internet; os elos entre a Economia Política da Comunicação e as economias políticas nacionais e globais, a mercantilização das relações sociais nos Estados Unidos, a questão do imperialismo cultural e o papel das comunicações no desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo.

A onda neoliberal trouxe ainda novas demandas- o reequacionamento do papel do Estado, a fragmentação e diversificação do mercado e a multiplicidade da oferta, além de outras – que em grande medida implicaram a renovação do campo. Mosco aponta ainda para a emergência de novos temas, muitos oriundos da contribuição dos Estudos Culturais: conexões entre produção, discurso e recepção, relacionamento de poder entre classes, gêneros e raças, mudanças estruturais nas indústrias de comunicação, mudanças no mundo do trabalho, relacionamento entre sistemas privados, estatais e públicos de comunicação etc. (MOSCO, 1996, p.132-133).

No Brasil, ainda que a análise do setor de radiodifusão tenha se mostrado um “terreno fértil”, às abordagens da EPC (CABRAL, 2008), com o merecido destaque para as análises seminais de Cesar Bolaño e Valério Brittos, outras temáticas como as análises do trabalho informacional, comunicacional e cultural, as indústrias cinematográficas e midiáticas, a economia política

da internet, as políticas culturais e de comunicação e as consequências para o campo das comunicações e da cultura do processo de reestruturação capitalista se fazem presentes.

## **2) As propriedades específicas ou a singularidade**

José de Barros adverte que a singularidade, não obstante sua ligação direta com o “campo de interesses” deve ser entendida como “o conjunto dos seus parâmetros definidores, ou como aquilo que a torna realmente única, específica, e que justifica a sua existência – em poucas palavras: aquilo que define a Disciplina em questão por oposição ou contraste em relação a outros campos disciplinares” (2011, p. 256).

Assim, se os objetos de estudo aventados acima constituem um primeiro recorte, partilhado inclusive por outros “subcampos” teóricos que constituem o pensamento crítico social e comunicacional, a singularidade da EPC reside na eleição do materialismo histórico, tal como posto por Marx em sua “crítica à economia política”, como o método adequado para a apreensão do todo social e, mais especificamente, das ingerências entre os fenômenos culturais e comunicacionais e o todo social. Como vem afirmando autores como Cesar Bolaño, Vincent Mosco e Christian Fuchs, a EPC se constitui como uma teoria marxista da comunicação.

Pensando na singularidade da EPC em relação às Ciências Econômicas e Sociais, Alain Herscovici (2003, 2014) ressalta que ao considerar a cultura e a comunicação como centrais no processo de reprodução do capital (e não apenas como superestruturais, como nas abordagens funcionalistas ou gramscianas (ao enfatizar suas dimensões ideológi-

cas), a EPC também se diferencia das análises econômicas tradicionais, tanto as ortodoxas quanto as heterodoxas, uma vez que em seu campos custos de trabalho não regulam os mercados de bens simbólicos, donde o caráter especulativo deste setor; os mecanismos de maximização micro ou macroeconômica e as posições “naturais” de equilíbrio assim como o referencial walrasiano da concorrência pura e perfeita não se verificam (HERSCOVICI, 2014, p. 87).

Se as abordagens econômicas desses objetos implicam uma renovação das Ciências Econômicas (*idem*, p.92), a interdisciplinaridade<sup>VII</sup> se constitui como uma de suas especificidades:

A análise não pode se limitar a uma dimensão específica, seja ela estética, sociológica ou econômica; tal análise será obrigatoriamente limitada. No âmbito de uma abordagem interdisciplinar, essas diferentes dimensões precisam ser estudadas nas suas especificidades e nas suas relações de interdependência. Para evitar cair na armadilha do reducionismo, a EPC tem que ser, intrinsecamente, interdisciplinar. Mas a interdisciplinaridade é uma prática difícil: acredito que não seja possível dar conta de todas as dimensões de determinados fatos sociais. O estudocientífico nunca esgota todas as possibilidades embutidas no real; conforme preconizava Marx, é preciso passar do abstrato ao concreto pensado (1972). Certos autores fracassaram ao tentar estudar todas as dimensões dos fatos culturais, informacionais e comunicacionais. (Castells, 1998). (HERSCOVICI, 2014, p. 94)

Uma empreitada que, segundo Herscovici, deveria evitar tanto a dispersão quanto o fechamento excessivo. Nesse sentido vale o alerta de César Bolaño:

Poderíamos falar em interdisciplinaridade, desde que fique estabelecido, de princípio, o caráter não eclético do empreendimento. Assim, a articulação das diferentes matrizes teóricas num corpo conceitual unificado só ocorre se a incorporação de cada uma delas, garantindo uma efetiva ampliação do poder explicativo do eixo teórico central, for precedida da explicitação de sua compatibilidade com ele, detectadas e expurgadas as incoerências. Assim, a incorporação, ao eixo básico da EPC, de elementos teóricos dos Estudos Culturais, por exemplo, pode ser extremamente extenso, mas não pode ferir a hierarquia categorial que define o trabalho (cultural, no caso) como elemento central da articulação, sob pena de contaminação do quadro geral pelo relativismo pós-modernista em que tudo se dissolve (BOLAÑO, 2008, p. 105)

Tal afirmação ressoa as análises de Bourdieu sobre a “autonomia relativa” dos campos disciplinares. Para o sociólogo francês, ainda que se admita que os campos se interpenetrem e se inter-relacionem, a autonomia do mesmo, sinal de sua maturidade, faz com que essas contribuições sofram uma espécie de refração a partir da lógica interna do mesmo. No caso específico do campo da Comunicação e da Cultura são as especificidades do objeto, como bem notou Cesar Bolaño (2008) ao analisar a intrincada rede que caracteriza o setor da radiodifusão (ou os diversos níveis de abstração que compõe a análise da realidade social, que requer tal mediação: “ainda não nos afastamos do núcleo consensual da problemática da comunicação e já passamos (sem nos afastarmos da EPC) pela Antropologia dos Estudos Culturais, ou a Sociologia de Habermas, Foucault ou Bourdieu, referências, todas elas, ne-

cessárias para dar conta do nosso objeto” (BOLAÑO, 2008, p. 105).

### 3) Aportes teóricos

Um campo se constitui a partir de certos repertórios teóricos. Segundo Ramon Zallo (2011, p. 19), “não há uma só teoria nem tradição da economia política da comunicação, senão distintas tradições de economia crítica da comunicação e da cultura”, a saber: a do **estruturalismo althusseriano**, a dos **modelos ideologizados e monistas** que reduzem os media a um sistema de propaganda do poder, **aquelas que tem como eixo central os proprietários e financiadores**, a que **considera as variáveis internas que influenciam a informação**, desconsiderando a propriedade e o sistema. Devido ao fato, segundo Zallo, desses 4 modelos não apreenderem a complexa relação dos media com a sociedade e o poder no período em que vivemos, é preciso acrescentar um quinto que nutrido-se da sociologia crítica dos primeiros estudos culturais ou de Pierre Bourdieu, ultrapassasse esse déficits.

Vicent Mosco, por sua vez, identifica 4 vertentes contemporâneas: a **vertente ortodoxa**, de cunho conservador e assentada nas categorias da economia neoclássica, a **Institucionalista**, cuja ênfase recai sobre “as amarras institucionais e tecnológicas que conforma os mercados de acordo com o poder de controle das corporações e dos governos (Fonseca, 2003), a **neomarxista**, com a centralidade do trabalho e da divisão internacional do trabalho e as análises do capitalismo monopolista. Por fim, a quarta tradição, seria representada pela **economia política feminista** e a **economia política ambientalista**.

É certo que outras correntes teóricas internas à EPC, mais ou menos liberalizantes, poderiam ser aqui arrola-

das – nesse sentido, poderíamos pensar a constituição da EPC brasileira, ao trilhar caminhos próprios e em grande medida diferentes das tradições europeias e estadunidense, como representativa de outra matriz teórica – entretanto, as acima apontadas já são suficientes para mostrar o quanto a mesma se constitui como um campo de disputa – epistemológica e, portanto, política.

Se, como apontamos anteriormente, o materialismo dialético constitui uma matriz teórica relevante às correntes mais críticas, sua adoção não está isenta de críticas<sup>viii</sup>. A linha de pesquisa inaugurada por Dallas Smyte (1977) e, de alguma forma, seguida por Herbert Schiller, Matelart e, ainda que por caminhos diversos, Cesar Bolaño<sup>ix</sup>, entre outros enfatizará a centralidade dos conceitos de mercadoria, exploração e mais-valia na análise dos fenômenos comunicacionais e bens simbólicos. Tal centralidade é questionada, entre outros, por Alain Herscovici que, a partir da tradição francesa (Grenoble), vê no desenvolvimento mais recente do capitalismo o esgotamento do potencial analítico da forma-mercadoria:

É possível contestar esta interpretação a partir do seguinte raciocínio: o valor de uso de um bem cultural é intrinsecamente ligado às especificidades do trabalho aplicado neste tipo de produção. Na linha da escola francesa do GRESEC de Grenoble, a valorização no mercado se implementa a partir do trabalho concreto, ou seja, específico, aplicado na produção, e não a partir do trabalho abstrato, por natureza, indiferenciado (HERSCOVICI, 2014, p. 88).

Para a superação dessa insuficiência, Herscovici sustenta uma aproximação com a “Nova Economia da Informação” construída por autores como Akerlof, Grossman e Stiglitz e de algumas vertentes

tes institucionalistas como os trabalhos de Veblen e Commons ou de Williamson e Ostrom (HERSCOVICI, 2014, p. 89-90).

Para além desses embates teóricos e apoiando-se no pressuposto materialista de que o ser social determina o pensamento e numa ontologia do ser social que privilegia os processos e as relações dialéticas entre sujeito e objeto, Vincent Mosco sustenta que a EPC deva estar baseada numa epistemologia anti-idealista, antirreducionista e crítica,

A economia política da informação necessita ser fundamentada em uma epistemologia realista, inclusiva, constitutiva e crítica. É realista quando reconhece a realidade de conceitos e práticas sociais, desta forma evitando enfoques idealistas e nomotéticos (que discutem respectivamente apenas a realidade do discurso ou rejeitam as premissas de realidade, tanto de conceitos como de práticas). Partindo deste ponto, a economia política é inclusiva porque rejeita o essencialismo, que quer reduzir todas as práticas sociais a uma única explicação política econômica, favorecendo uma abordagem que entende os conceitos como aberturas para a compreensão do campo social (Resnick e Wolff, 1987). A escolha de certos conceitos e teorias, em detrimento de outros, significa que a economia política os prioriza como instrumentos explicativos úteis e não que sejam afirmativas da melhor, ou única, forma de entender as práticas sociais. Além disto, a epistemologia é constitutiva porque reconhece os limites das determinações causais- inclusive o pressuposto de que as unidades de análise social interagem como um conjunto homogêneo e de forma linear - entendendo a vida social como um conjunto de processos mutuamente constitutivos, atuando uns sobre os outros, em está-

gios diversos de formação e com uma direção e impacto que só podem ser compreendidos através de pesquisas específicas. Finalmente, é um enfoque crítico porque vê o conhecimento como produto de interações entre os diferentes campos de saber e os valores sociais (MOSCO, 1999, p. 105).

### Bibliografia

BARROS, José A. Uma “Disciplina” – entendendo como funcionam os diversos campos de saber a partir de uma reflexão sobre a História. *Revista OPS/S*, Catalão, v.11. n.1, jan-jun 2011. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=Opsis&page=article&op=view&path%5B%5D=11246&path%5B%5D=9500>. Acesso em 20/12/2015.

BOLAÑO, Cesar. A centralidade da chamada Economia Política da Comunicação (EPC) na construção do campo acadêmico da Comunicação: uma contribuição crítica. In BOLAÑO, César (org). *Comunicação e a Crítica da Economia Política*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

BOLAÑO, Cesar. *Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação*. Aracaju: Editora do Diário Oficial de Sergipe, no prelo.

BOLAÑO, Cesar. Economia e Televisão: uma teoria necessária. In: BOLAÑO, Cesar (coord.). *Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 1995.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu – Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004a.

CABRAL, Adilson. Economia política da comunicação no Brasil: terreno fértil para análises maduras. In: BRITTOS, V.; CABRAL, A. (orgs.). *Economia Política da Comunicação: interfaces brasileiras*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

FONSECA, Virginia. A economia política e os estudos de comunicação. *Verso e Reverso*, Ano XXI - 2007/3 - Número 48. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoerverso/article/view/5761/5219> Acesso em 27/12/2015.

HERSCOVICI, A.; BOLAÑO, C.; MASTRINI, G. Economía política de la comunicación y la cultura: una presentación. In: BOLAÑO, C.; MASTRINI, G. (eds.). *Globalización y Monopolios en la Comunicación en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 1999, pp. 9-25.

HERSCOVICI, Alain. A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. EPTIC online*. Vol. V, n.3, set.-dez., 2003. Disponível em <http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/2a85adf9b67b84eaa166a01b12186e6c.pdf> Acesso em 07/12/2015.

HERSCOVICI, Alain. Economia Política da Cultura, da Informação, do Conhecimento e da Comunicação: uma tentativa de definição epistemológica. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. EPTIC online*. Volume 16, n.3, set.-dez, 2014. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/84> Acesso em 15/12/2015.

*JOURNAL of Political and Society Theory*. 1 (3): 1–28, 1977. Disponível em [http://www.ctheory.net/library/volumes/Vol%2001%20No%203/VOL01\\_NO3\\_1.pdf](http://www.ctheory.net/library/volumes/Vol%2001%20No%203/VOL01_NO3_1.pdf) Acesso em 20/11/2015.

LOPES, Ruy S. As mutações do objeto de estudo e a contribuição da EPC para a renovação do campo comunicacional. In: MORAIS, Osvando J. de. (org.). *Ciências da comunicação em processo: paradigmas e mudanças nas pesquisas em comunicação no século XXI: conhecimento, leituras e práticas contemporâneas*, São Paulo: Intercom, 2014.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MCCHESENEY, Robert. The political economy of communication and the future of the field. *Media, Culture & Society*. January, 2000.

MELO, José M., Vanguardismo nordestino na configuração brasileira dos estudos de Economia Política da Comunicação. In: MELO, J.; MELO, P. B. (orgs.). *Economia Política da Comunicação: vanguardismo nordestino*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2013.

MOSCO, Vicent. Economia Política da Comunicação: Uma perspectiva laboral. *Comunicação e Sociedade 1*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, vol12(1-2), 1999. Disponível em <http://revistacomso.pt/index.php/comso/article/view/1440/1370>. Acesso em 30/11/2015.

MOSCO, Vicent. La economía política de la comunicación: una tradición viva. In: ALBORNOZ, L. (comp.). *Poder, Medios, Cultura: una mirada crítica desde la economía política de la comunicación*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

MOSCO, Vicent. *The political economy of communication*. London: SAGE Publications, 1996.

MURDOCK, G.; GOLDING, P. Culture, Communications and Political Economy. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. *Mass Media and Society*. London: Arnold, 2000.

MURDOCK, G.; GOLDING, P. Culture, Communications and Political Economy. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. *Mass Media and Society*. London: Arnold, 2000.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SMYTHE, D. W. Communications: Blindspot of Western Marxism. *Canadian Journal of Political and Society Theory* 1 (3): 1–28, 1977. Disponível em [http://www.ctheory.net/library/volumes/Vol%2001%20No%203/VOL01\\_NO3\\_1.pdf](http://www.ctheory.net/library/volumes/Vol%2001%20No%203/VOL01_NO3_1.pdf) Acesso em 20/11/2015.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. *MATRIZES*, ano 5, nº 2, jan./jul., São Paulo, 2012.

ULEPICC. *Carta de Buenos Aires*. Ulepicc, 2001. Disponível em <http://www.ulepicc.es/web/carta.html> Acesso em 20/12/2015.

ZALLO, Ramón- Retos actuales de la economía crítica de la comunicación y la cultura. In: ALBORNOZ, L. (comp.). *Poder, Medios, Cultura: una mirada crítica desde la economía política de la comunicación*. Buenos Aires: Paidós, 2011

**Recebido em 10/01/2016**  
**Aprovado em 08/02/2016**

---

I Ruy Sardinha Lopes. Doutor em Filosofia – Professor e pesquisador do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, campus São Carlos. Pesquisador do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporânea (NEC-USP) e vice-presidente da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM). Brasil. Contatos: rsard@sc.usp.br

II Ver SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. *MATRIZES*, ano 5, nº 2, jan./jul., São Paulo, 2012 e BOLAÑO, Cesar. Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Editora do Diário Oficial de Sergipe, no prelo.

III No tocante à Economia Política da Comunicação ver, além do referido livro de Cesar Bolão, *Campo Aberto*, LOPES, Ruy S. As mutações do objeto de estudo e a contribuição da EPC para a renovação do campo comunicacional. In: Osvaldo J. de Moraes.. (Org.). *Ciências da comunicação em processo: paradigmas e mudanças nas pesquisas em comunicação no século XXI: conhecimento, leituras e práticas contemporâneas*, São Paulo: Intercom, 2014 e HERS-COVICI, Alain – Economia Política da Comunicação: uma tentativa de definição epistemológica. Revista *Eptic*, vol 16, n.3, Aracaju: UFS, 2014. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/84>. Acesso em 15/12/2015.

IV Ao se perguntar sobre os elementos mínimos necessários para que se constitua efetivamente um campo disciplinar, José D'Assunção Barros identifica 10 dimensões: 1) o seu campo de interesse, 2) a sua Singularidade, 3) os seus campos Intradisciplinares, 4) o seu padrão discursivo, 5) as suas metodologias, 6) Os seus aportes teóricos, 7) as suas interdisciplinaridades, 8) os seus interditos, 9) a sua “rede humana”, 10) o “olhar sobre si” estabelecido a certa altura de seu amadurecimento (BARROS, 2011, p.265).

V Podemos identificar também no interior da EPC a coexistência de linhas de força plurais e em disputa, como observado por diversos autores (ver Gording e Murdock (2000), Mosco (2011), McChesney (2000) e que, como apontamos em outra ocasião (LOPES, 2014) foram sintetizadas por José Marques de Melo (2013, p.15) em duas correntes de pensamento: “uma ‘pragmática’, catalisando as abordagens mais sintonizadas com a preservação do sistema econômico hegemônico na sociedade – e outra ‘crítica’, mais preocupada em problematizar as estruturas vigentes, quase sempre inspiradas ou influenciadas pelo marxismo” (MELO *apud* LOPES, 2014, p. 603). É a esta segunda linha que vamos nos referir, sobretudo por ser a base da EPC produzida no Brasil.

VI Em maio de 2001, um grupo de pesquisadores reunidos no Primeiro Encontro de Economia Política do Mercosul, em Buenos Aires, lançam a Carta de Buenos Aires, documento fundacional da Unión Latina de

Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura, formalizada no ano seguinte, em 2002, na cidade de Sevilha. Ver ULEPICC (2001).

VII José D'Assunção Barros (2011) observa que toda disciplina está mergulhada na Interdisciplinaridade, quer por se constituir na disputa com outros campos já estabelecidos, devendo demonstrar sua potencialidade diante dos mesmos, quer enriquecendo-se a partir do diálogo com campos distintos.

VIII Mattelart e Mattelart (1999) mostraram o quanto a teoria da dependência e do sistema mundo capitalista (Wallenstein), fundamentais para o desenvolvimento da EPC latino-americana já representavam, à sua época, uma crítica interna a certos pressupostos do Marxismo.

IX Ainda que no caso desse autor, a análise da “mercadoria audiência” se dê a partir de uma crítica interna às análises de Smythe. Ver a esse respeito BOLAÑO (1995, p.21).